

AUTOCONSUMO EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA: UM ESTUDO DE CASO EM JEQUITINHONHA, MG

Leiliane Rosa de Jesus Santos¹

Vanessa Marzano Araújo²

Resumo: A terra é o principal meio para manter o agricultor no campo e, conseqüentemente, viabilizar a prática da agricultura familiar que permite acesso aos alimentos em quantidade e qualidade para que eles possam se manter nesse espaço sem, necessariamente, possuir uma renda monetária de forma constante. Esse artigo analisa o acesso à terra e a produção de autoconsumo em um assentamento rural no município de Jequitinhonha, MG. A pesquisa iniciou-se com um estudo bibliográfico, na seqüência ocorreu pesquisa de campo, entrevistando as 57 famílias assentadas. Os resultados mostraram que o povoamento da região se deu de forma expansiva e conflituosa. Concluiu-se então que o acesso à terra foi fundamental para que as famílias produzissem alimentos saudáveis e variados, mas que, devido à falta de água em algumas épocas do ano, não conseguem produzir em grande quantidade, devendo se ajustar a venda dos excedentes na feira para compra de outros produtos.

Palavras-Chave: Agricultura Familiar; Autoconsumo; Reforma Agrária

***Abstract:** Land is the main means of keeping farmers in the countryside and, consequently, making family farming viable. It allows them access to food in quantity and quality so that they can maintain themselves in this space without necessarily having a constant monetary income. This article analyzes access to land and self-consumption production in a rural settlement in the municipality of Jequitinhonha, MG. The research began with a bibliographical study, followed by field research, interviewing the 57 settled families. The results showed that the region was populated in an expansive and conflictual manner. It was concluded that access to land was fundamental for the families to produce healthy and varied food, but that, due to the lack of water at certain times of the year, they are unable to produce in large quantities, having to adjust to selling surpluses at the market to buy other products.*

Keywords: Family Farming; Production; Land reform

ÁREA 1. ECONOMIA

¹ Licenciada em Educação do Campo, mestra em Sociedade, Ambiente e Território pelo Programa de Pós-graduação Associado UFMG – Unimontes em Sociedade, Ambiente e Território – PPGSAT.

² Economista, Doutora em Economia, professora da Universidade Federal de Minas Gerais e do Programa de Pós-Graduação Associado UFMG-Unimontes em Sociedade, Ambiente e Território - PPGSAT

Introdução

O acesso à terra é um fator primordial para manter o agricultor no campo e, conseqüentemente, praticar a agricultura familiar para conseguir produzir os alimentos a fim de se manter nesse espaço sem possuir, necessariamente, uma renda monetária fixa. Entretanto, o acesso à terra se torna restrito e dificultoso, ocorrendo alguns conflitos que podem impedir a fixação dos agricultores naquele espaço.

A agricultura familiar praticada dentro dos assentamentos rurais é uma das principais formas de acesso aos alimentos por seus moradores. Ela os permite produzir e consumir, se mantendo nesse espaço, independentemente do fato de a família possuir uma renda monetária fixa. Dessa forma, a quantidade de alimentos produzidos costuma apresentar uma boa diversidade de culturas. Entretanto, em algumas épocas do ano, a produção tende a reduzir devido a fatores climáticos, como a seca ou o excesso de chuvas.

Assim, a prática da agricultura familiar se torna relevante para proporcionar a fixação dos moradores àqueles lotes de terra, tendo em vista que as famílias, ao conseguir a posse dos lotes da reforma agrária, não possuem garantia de renda que permita mantê-las no assentamento sem trabalhar com a lavoura.

Ao realizar o plantio, colheita e consumo de seus alimentos, fruto de seu trabalho, os agricultores podem conseguir maior autonomia. Com isso, acredita-se que podem ter acesso a uma alimentação mais saudável, amenizando, muitas vezes, a insegurança alimentar. Dessa forma, o objetivo deste trabalho foi analisar o acesso à terra e a produção para autoconsumo em um assentamento rural no município de Jequitinhonha, MG.

O município situado na região imediata de Almenara e intermediária de Teófilo Otoni, tem um número grande de assentamentos, sendo quatro adquiridos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e um pelo Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) a partir de um processo de acampamento com muitos conflitos. Há ainda um outro grupo de pessoas em um acampamento que estão em contato direto com o INCRA para tentar adquirir a terra, e também mais dois assentamentos conseguidos a partir do crédito fundiário. Dessa forma, não tem como abordar o acesso à terra e reforma agrária sem compreender o desempenho e estrutura do assentamento, pois um é sinônimo do outro.

Este artigo foi dividido em quatro seções. Na sequência, abordar-se-á o percurso da pesquisa, em seguida o foco de análise recai sobre o município de Jequitinhonha, MG. Logo após, apresenta-se o caso estudado e, em seguida, a sua produção agrícola. Além desta introdução e considerações finais.

O percurso da pesquisa

O trabalho iniciou-se com um estudo bibliográfico sobre a realidade territorial do município e também do assentamento. Sequencialmente, foi realizada uma pesquisa de campo em que foram entrevistados todos os 57 assentados responsáveis pelos lotes e também se utilizou de uma estratégia de pesquisa de nominada tempo de vivência para conhecer a realidade das famílias através da observação *in loco* da realidade e do contexto. Foram utilizados roteiros semiestruturados para a coleta de dados e um roteiro de entrevistas aplicado aos 5 assentados que são, reconhecidamente, ao mesmo tempo lideranças locais e agricultores do assentamento.

Essa pesquisa é de cunho qualitativo, tendo em vista que “ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um

espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 2002, p. 21-22). Ela busca evidenciar as relações humanas e suas ações, podendo ser realizada tanto individualmente quanto em grupo, procurando absorver informações ou dados específicos e detalhados para além do que se tem inicialmente (BAUER; GASKELL, 2008). Para tanto, é importante o diálogo de referenciais que sejam relevantes ao tema proposto.

A revisão de literatura é uma das etapas mais importantes de um trabalho científico, contribui, conseqüentemente, para entender melhor as discussões acerca do tema e também possibilita encontrar as possíveis falhas e lacunas que podem surgir e, porventura, ainda não foram respondidas. “Quando bem elaborada, a revisão de literatura não apenas documenta o estudo da arte em relação ao tópico que está sendo pesquisado, mas analisa criticamente as informações coletadas, identificando limitações das teorias e das pesquisas já realizadas” (GIL, 2019, p.73.). Então, é importante realizar a pesquisa em diferentes fontes, permitindo uma melhor interpretação e comparação com as teorias.

A pesquisa de campo foi realizada com agricultores familiares em um assentamento rural no município de Jequitinhonha, MG, os quais são posseiros e utilizam a produção de alimentos tanto para sua alimentação quanto para auferir renda. É esse momento que propicia uma relação de busca de conhecimento através de pessoas, da vivência e da comunidade, objetivando colher informações e dados para responder e discutir a questão problema do trabalho. Para Brandão (2007, p.12), o trabalho de campo:

[...] é uma vivência, ou seja, um estabelecimento de uma relação produtora de conhecimento, que diferentes categorias de pessoas fazem, realizam, por exemplo, antropólogo, educador e pessoas moradoras de uma comunidade rural, lavradoras, mulheres lavradoras, pequenos artesãos, professoras das escolas e assim por diante.

Nesse sentido, foram realizadas entrevistas individuais com todas as famílias dos assentados, buscando agregar mais informações e fornecer novos dados à pesquisa. Elas continham uma linguagem simples e de fácil entendimento para os entrevistados e, para conhecer um pouco mais a realidade das famílias, foi realizado um tempo de vivência na comunidade, através da observação *in loco* da realidade e do contexto. De acordo com Brandão (2007), a vivência é parte fundamental para obtenção de dados da pesquisa, inclusive quando em alguns momentos se torna necessário saber ouvir e observar mais do que perguntar. Porém, tem-se a consciência da importância de se anotar todos os detalhes, para que os dados sejam mais concretos, observando as relações entre os indivíduos. Essas anotações permitem ao pesquisador uma maior percepção e entendimento sobre certas relações e organizações e, ao mesmo tempo, trazem respostas às questões que induziram a pesquisa.

Foi utilizado também um roteiro de entrevista que foi aplicado individualmente para os moradores do assentamento rural, que possibilitou a coleta de dados dos agricultores familiares assentados. Eles foram selecionados devido à sua relevância dentro do assentamento uma vez que são considerados agricultores familiares de destaque, quer seja na associação local ou na produção de alimentos.

Dessa forma, ao concluir a pesquisa de campo, a análise dos dados obtidos se deu por meio de análise de conteúdo. Ela permite “[...] encontrar respostas para as questões formuladas e também possibilita confirmar ou não as afirmações estabelecidas antes do trabalho de investigação”, além de “[...] descobrir o que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado” (MINAYO, 2002, p. 74). Para isso, foi

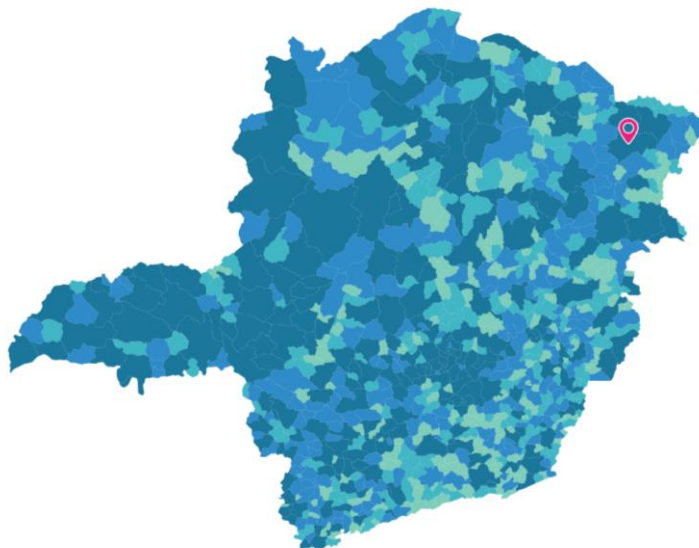
necessário estruturar e organizar o trabalho, de modo que, além de uma boa leitura, fosse realizado uma exploração do material e um tratamento dos resultados. Dessa forma, essa etapa torna-se primordial para conclusão da pesquisa.

O Município de Jequitinhonha

Jequitinhonha, de acordo o Censo do IBGE (2022), possui uma população de 24.002 habitantes residentes nos espaços rurais e urbanos do município. Sua área total é de 3.514,2 Km² (IBGE, 2021), sendo composto por uma vegetação transitória de cerrado para mata atlântica em que as matas ou florestas naturais contam com um total de 8.096 hectares, enquanto que as áreas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal é de 57.472 hectares. Os sistemas agroflorestais compõem um total de 1.806 hectares, com áreas que, além de florestas, têm lavouras e criação de animais. Nas áreas utilizadas apenas para lavouras, 1.195 hectares são para lavouras permanentes e 1.705 para lavouras temporárias.

O município pertence à região imediata de Almenara e intermediária de Teófilo Otoni, no nordeste de Minas Gerais (Figura 1), e em sua economia se destacam a pecuária, a agricultura familiar, e pequenos comércios. A área urbana é situada às margens do Rio Jequitinhonha e próxima à Reserva Biológica Mata Escura, a qual atrai muitos visitantes e movimenta o turismo rural. Os municípios limítrofes são: Medina, Itaobim, Pedra Azul, Almenara, Rubim, Joáima, Felisburgo e Ponto dos Volantes

Figura 1: Os municípios de Minas Gerais, com destaque para a localização do município de Jequitinhonha



Fonte: IBGE, 2023

Jequitinhonha apresenta uma história de muita resistência por parte dos agricultores. As terras extensas que eram dominadas por fazendeiros e que em negociação com o INCRA deu possibilidade para que grupos de pessoas pudessem ter esperança em reconstruir sua vida, ainda deixam nelas a marca do coronelismo presente na época. Em um desses assentamentos, especificamente onde se encontra uma Escola Família Agrícola, a escolinha do Ensino

Fundamental I é localizada em um espaço onde antigamente ficava uma baía de cavalos, e na sede (antiga casa principal da fazenda) funciona a Associação Comunitária.

Ribeiro (2013) aponta que, no final do século XIX e início do século XX, houve um crescimento exponencial das fazendas, o que deixou de lado outras questões importantes relacionadas ao meio ambiente, à produção e à terra. No entanto, a agricultura familiar emergiu juntamente com os conflitos pela terra, em que as fazendas eram marcadas pelos mandos, utilizando-se dos trabalhos escravos e agregados, expandindo, cada vez mais, as fronteiras de suas terras, enquanto as pessoas se tornavam mais dependentes do trabalho para sobreviverem.

Dessa forma, a ocupação de terras nas regiões do “Alto e Baixo Jequitinhonha” se deu em diferentes períodos. Os pequenos agricultores, que configuravam boa parte da população, eram sitiantes e agregados. Os sitiantes, em menor quantidade, não se fixavam à terra, e eram os agregados, que se organizavam nela, tendo uma relação forte de trabalho com a mesma, mas dependendo de uma moradia na fazenda. O agregado, além de morar, podia utilizar a terra para produção de lavouras para o próprio consumo e também compartilhar a colheita com o fazendeiro (BALBINO, 2021).

Com o crescimento das fazendas e também do número de agregos, viabilizou a ocorrência de extensas porções de terras improdutivas (não utilizadas para plantios ou outras atividades) por fazendeiros e muitas famílias agricultoras sem ter onde morar e produzir. Assim, os assentamentos surgiram como a principal forma de acesso dessas pessoas ao pedaço de terra e como forma de garantia de produção e trabalho familiar.

No Vale do Jequitinhonha, a criação desses assentamentos ocorreu no contexto de diversos conflitos, nos quais o INCRA atuou como mediador, com o objetivo de fazer com que acontecesse a reforma agrária. Com isto, criou-se projetos de assentamentos para agrupar essas pessoas, “fundamentando-se na desapropriação de terras improdutivas e o assentamento dos beneficiários” (SOUZA FILHO; BUAINAIN; FONSECA, 2001, p.5).

O assentamento rural

O assentamento rural estudado está situado às margens da rodovia MG 367 e do Rio Jequitinhonha, ficando a uma distância de 15 km do perímetro urbano e possuindo uma área de 2.789,3161 há com perímetro de 33.245,17 m. O local, antigamente era uma fazenda muito produtiva, já foi considerada pelos assentados como uma das mais ricas da região, possuindo granjas com locais bem equipados e com grande produção de frangos os quais eram abatidos e vendidos em vários municípios do entorno, além de possuir grandes pocilgas, criação de cavalos pegas, gados de corte e de leite, olaria e criação de suínos. Produzia ainda uma quantidade relevante de milho, feijão e também arroz, o que fazia com que fosse preciso contratar mais pessoas para trabalhar na produção agrícola.

No entanto, com a morte do antigo proprietário, os herdeiros não conseguiram gerir as atividades e dar sequência no empreendimento, o que fez com que eles acumulassem muitas dívidas e, conseqüentemente, a produção parou e a terra se tornou improdutiva. Alguns agregados ainda ficaram na fazenda, mesmo diante desta situação, passaram por dificuldades financeiras com os patrões, na sequência procuraram o Sindicato dos Trabalhadores Rurais para intermediar a busca por seus direitos. Foi a partir deste momento que começaram a ter contato direto com o INCRA indicando as terras improdutivas para vistorias e possível negociação para adquirir terra com a finalidade de reforma agrária.

Foi no início de 1998, a partir de pesquisas sobre a improdutividade da fazenda e pedido de vistoria pelo sindicato dos trabalhadores rurais, que o INCRA notificou a terra enquanto improdutiva e começou a negociação com aceitação por parte dos herdeiros. No dia 08 de julho do mesmo ano houve a emissão de posse. Ao finalizar a compra, iniciou o cadastro de famílias para adquirir os lotes junto ao sindicato. A fazenda possuía benfeitorias, gados e alguns agregados, os quais continuaram após a negociação e, em 2023, são posseiros de lotes.

Essa era uma das muitas fazendas do município em que o agregado era a forma de manter as pessoas mais pobres se sustentando e morando no campo. Ribeiro (2013) mostra que o domínio agrário se diferia em vários lugares: em alguns predominavam as fazendas de gados, outros os sítios familiares e poucos não ocupados. Os agregados (em sua maioria posseiros) desfrutavam também da terra, mas sob domínio do fazendeiro, o qual matinha uma apropriação dos recursos naturais e se utilizava de tais para subordiná-los. O agregado era feito através de acordos entre ambas as partes, definindo as formas de trabalho e divisão da produção agrícola obtida. Além disso, o agregado tinha uma casa na fazenda ou autorização para construí-la e também possuía espaço para fazer suas lavouras. A relação deles, muitas vezes, criava laços fortes de amizade, preocupação e fidelidade.

O Incra, ao adquirir a fazenda para fins de reforma agrária, pagou apenas as benfeitorias a vista e o valor da terra dividiu em títulos públicos a serem pagos a prestações. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da época que havia realizado esse mapeamento de terras, realizou também um cadastro de pessoas que eram agregadas, ou seja, que não tinham terras próprias e moravam em terras de fazendeiros sem um contrato fixo de trabalho. O agregado era regido por acordos ou tratos informais intransferíveis entre ambas as partes, que resultavam em: o agregado morar na fazenda, plantar, colher e extrair recursos da terra, mas tendo uma contrapartida variada para o fazendeiro. Apesar da relação marcada por trocas, o agregado não tinha uma garantia empregatícia, mas dependência tanto do patrão quanto de um conjunto de recursos naturais (RIBEIRO, 2013, p. 223).

Em 2002, foram divididos e medidos os lotes num total de 57 e os assentados começaram a ocupa-los ficando em casas de vaqueiros, baias de cavalos e na sede, não tendo necessidade de construir barracos de lonas, pois as construções conseguiam atender a necessidade das pessoas. No entanto, todos queriam os lotes que ficavam as margens do Rio Jequitinhonha fazendo com que o sindicato intervisse e fizesse junto ao INCRA uma conversa para redistribuir os lotes e dividir as pessoas para trabalharem até sair o parcelamento. As pessoas selecionadas foram todas agricultoras, que sabiam lidar com a terra:

Nós pegamos todo mundo das roças e selecionamos, pois se não saber selecionar, não funciona também não. (...) O INCRA põe, mas tem muitas coisas que ele não dá. As vezes as pessoas pensam: ah eu vou pra terra porque o INCRA dá dinheiro, mas não é assim, é uma luta. E quando chega lá se a pessoa não tá preparada pra ficar, se não é uma pessoa da roçada que tem costume de passar necessidade, ele não vai ficar. E quando você escolhe as pessoas que tem costume de trabalhar e de dificuldade, eles vão ficar pro resto da vida. (A. P. S.)

A partir de parcerias junto à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG), conseguiram um projeto de R\$57.000,00 para encaenação da água até os lotes. Isso possibilitou que comesçassem a plantar hortaliças e produzir outras culturas para se alimentarem e, a partir daí, buscaram estratégias para vender o excedente dos produtos na feira livre. No entanto, nesse período se estabelecerem no local, foi dificultoso, pois não conseguiam apoio do poder público, o que conseqüentemente fez com que estabelecessem metas em conjunto e unissem em busca de projetos e desenvolvimento do assentamento.

Dessa forma, deram abertura para que vários projetos pudessem atender as famílias como o recurso para encanamento da água; o parcelamento dos lotes (divisão e medição das áreas por engenheiros do INCRA), que foi um dos momentos mais importantes, pois as famílias decidiram em comum com quais lotes de terra ficariam, sem necessidade de sorteio; o crédito de fomento, sendo um recurso de R\$1.000,00 por família com mais R\$400,00 de alimentação; crédito de moradia, em uma quantia de R\$2.500,00 para construção das casas, sendo que o montante só ajudou na compra de materiais, pois o valor financeiro não foi suficiente para finalizar as construções; e depois, foi preciso buscar recurso financeiro através de um financiamento na linha de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) - A, destinado para cercamento dos lotes, compra de caixas de água entre outras benfeitorias.

Em seguida, conseguiram criar a associação comunitária e através dela, mais recursos de projetos como a construção de uma Escola Agrícola e aquisição de mudas frutíferas para um pomar comunitário. Isso permitiu que se organizassem de uma maneira mais eficiente em seus lotes utilizando a área para plantio e produção para autoconsumo e que seus filhos estudassem no próprio assentamento, com uma formação voltada para sua realidade. Com o andamento das ações da associação, conseguiram ainda um trator, um ônibus e um caminhão, para a venda dos excedentes na feira livre na zona urbana do município.

Os assentados, apesar de certa resistência de alguns fazendeiros no entorno, ficam restritos em seu lote, de forma que não podem vendê-lo ou passar para algum parente, pois têm somente o documento de posse. Segundo Godinho Neto (2020, p. 49):

[...] a posse não é considerada como um caractere da propriedade, mas sim uma situação de fato autônoma, a qual deve ser interpretada levando-se em consideração o seu aspecto socioeconômico; a posse é um direito satisfativo – que se basta – não necessitando de complementos ou questões outras.

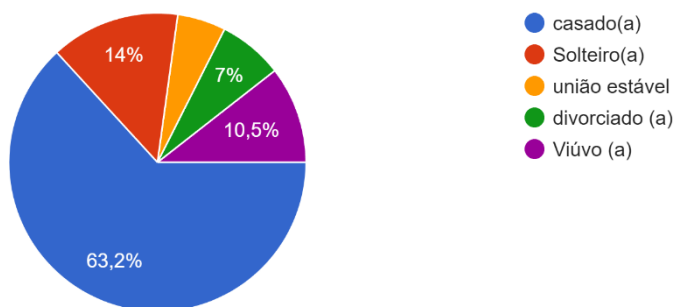
A partir da entrega do título, eles poderiam realizar outros tramites que desejarem, pois acabam se desvinculando de algumas responsabilidades junto ao Incra e criando autonomia sobre o seu lote. Porém, ainda é muito recorrente o fato de que agricultores, além de trabalharem com a produção em sua propriedade, se tornarem empregados por períodos temporários de algum fazendeiro para garantir uma renda maior e sustento da família. Nesse caso, existe a modalidade de trabalho fixo com carteira assinada ou trabalho temporário com diárias.

Muitas famílias na fase de transição, assim que conseguiram o lote nos assentamentos, e mesmo as que estavam situadas em outras comunidades rurais do município, não foram incluídas em políticas públicas que as auxiliassem a investir ou iniciar a produção em seu lote. Mesmo assim, é perceptível que o retorno dessas pessoas para o campo seja ocasionado por não conseguirem um emprego formal na zona urbana ou pela demanda por uma vida mais “tranquila” na zona rural. Isso é importante para o desenvolvimento econômico da agricultura familiar no município, pois a população presente no campo está envelhecendo e, com o tempo, não terá condições de seguir com o trabalho e precisará de mão de obra ou sucessão da atividade.

O Assentamento é composto por 57 famílias assentadas e tem em cada unidade familiar um integrante cujo título provisório da terra lhe pertence, mesmo que o direito também resguarde quem tem um(a) cônjuge, mas em sua grande maioria são compostos por homens. No entanto, ao entregar os títulos no ano de 2022, o INCRA definiu que no lote onde houvesse casal, o título teria a mulher como primeira titular e o segundo o homem. Dessa forma, o Gráfico

1 apresenta o estado civil dos entrevistados, em que 36 são o total de casados, o que apresenta 63,2% da população investigada, ou seja, maioria das famílias compostas em cada unidade são casados. Em seguida tem-se um grupo de 8 solteiros(as) que representa 14%, 6 viúvos(as) representando 10,5%, 4 divorciados representando 7% e 3 estão em união estável, o que representa 5,3% da população total.

Gráfico 1: Estado civil dos responsáveis pelas unidades familiares



Fonte: Pesquisa de campo, 2023

Quando se trata de não ter a sua terra, o agregado fica vulnerável ao que o fazendeiro decidir fazer com a propriedade. Isso faz com que possa ocorrer diversos conflitos, como no caso de outra fazenda com 31 famílias que proprietário vendeu e o comprador exigiu que todas as famílias saíssem de local para que a terra ficasse limpa para realizar a produção, ameaçando-as. No entanto, com a intervenção do sindicato, não foi possível a venda e conseguiram desapropriar a terra e torná-la outro assentamento rural.

Os agregados procuraram no sindicato, como eles podiam fazer, pois não queriam sair de lá, daí eu falei assim: não, vocês não vão sair, vocês vão guentiar a barra aí que nós vamos lutar por isso. E aí o cara que comprou a terra ia lá e ameaçava eles, que eles tinha que sair, e aí nós fomos tentando e aí eu fui no INCRA, levei um ofício deixei lá pedindo que a terra pra ser desapropriada, aí o ai INCRA veio e fez a vistoria, quando fez a vistoria, deu improdutiva, as 1500 e poucas hectarias deu improdutiva e aí continuou o processo de desapropriação. Ai de repente saiu o decreto. (...) Aí o homem que tinha comprado a terra teve que devolver as coisas e entrou o processo com as pessoas, mas perdeu. Aí tudo que esse lugar se transformou em assentamento, as pessoas foi procurando o sindicato querendo também ser assentados e aí nós fomos fazendo uma lista e aí eu tinha uma lista toda de quem podia assentar. (A. P. S.)

Produção Agrícola

A produção agrícola desenvolvida no assentamento é um trabalho coletivo familiar, em que todos têm uma função prática, desde a produção, manejo, colheita até a venda. A comercialização dos excedentes ocorre na feira livre e alguns participam do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), entregando seus produtos para as escolas do município. Aqueles agricultores que não conseguem uma produção em maior escala às vezes comercializam na própria comunidade e utilizam o restante da produção para autoconsumo.

Dessa forma, configura-se a agricultura familiar como um conjunto de atividades agrícolas praticadas por um público que, conforme a Lei 11.326, de 24 de julho de 2006 define as diretrizes para formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar, classifica o agricultor familiar enquanto aquele que pratica atividades no meio rural e:

I – Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II – utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III – tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006a).

Para Wanderley (1996, p. 2.), a agricultura familiar é “entendida como aquela em que a família ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo.” No entanto, nem todos os agricultores detêm a posse da terra para produzir, muitas vezes a consegue para trabalhar nas atividades agrícolas a partir de outras pessoas que cedem e fazem contratos para utilizar dela de forma a beneficiar ambos. Ao encontro a esse fator, ABRAMOVAY (2000, p. 13), elenca a terra no meio rural como sendo fundamental para que de fato ocorra o trabalho na agricultura, e que ele é encarado para além de uma simples sustentação geográfica da agricultura, mas “como base de um conjunto diversificado de atividades e de mercados potenciais, seus horizontes podem ser ampliados”.

Porém, vale ressaltar que a agricultura, como ponto chave para manutenção de pessoas no campo, passa por vários transtornos, como a falta de investimento por parte do Estado em políticas públicas e oportunidades para que eles possam expandir a produção, bem como um cuidado maior por parte de quem usufrui da terra para plantios extensos. De acordo Brauner e Graff (2015), há uma contradição na atividade agrícola. Por um lado, existe a agricultura familiar, que beneficia uma escala menor da população, por outro, uma agricultura de grandes produções, que pode deixar rastros de relações injustas tanto socialmente quanto com o meio ambiente. Nesse sentido, faz-se necessário utilizar a produção agrícola de forma a garantir a segurança alimentar, além da preservação ambiental com técnicas voltadas para a agroecologia e políticas de incentivo aos pequenos agricultores.

Dessa forma, todas as famílias relataram utilizar mais de 16 hectares para viver e trabalhar, no entanto, 31,6 % não fazem lavoura o ano todo devido à escassez de água em determinadas épocas. Para o plantio, 96,5% utilizam de adubação orgânica a partir de esterco de vaca enquanto apenas 1,8 % utiliza de adubo químico. As sementes utilizadas por 78,9% dos assentados em lavouras são crioulas, ou seja, de plantios orgânicos guardados em recipientes pelos próprios agricultores, já as sementes de hortaliças utilizadas por 89,9%, são compradas na cidade. Todos os agricultores assentados utilizam de trabalho humano na produção de autoconsumo, mesmo assim, 56,1% utiliza de trator para ajudar na aragem da terra.

Somente 10,7% das famílias não possuem hortaliças no terreno devido à escassez de água, enquanto 89,3% fazem o plantio de hortaliças, conforme Figura 2, seja utilizando a água da nascente (que é distribuída para fins de uso doméstico e para o consumo) ou do rio (com finalidade produtiva). As famílias fazem plantio de cultura temporárias como milho, mandioca, feijão, abacate, banana, coco, cana de açúcar e melancia, porém, 19,35% também realizam as coletas de frutos na natureza como araçá, maracujá e goiaba. Mesmo apresentando uma produção diversificada de hortaliças e lavouras, somente 7% dos assentados fornecem alimentos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Porém, um dos benefícios ao acessar a terra através da reforma agrária também foi o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), adquirido por 82,5% das famílias sendo que, 85,1% delas conseguiram o valor de R\$13.000,00, ele foi um grande passo para auxiliar na compra de materiais para cercamento dos lotes e expansão da produção.

Figura 2: Horta na propriedade de um assentado.



Fonte: Pesquisa de campo, 2023

Com uma produção variada, todos relataram sempre comprar carne bovina para a alimentação pois nem todos fazem a criação dos animais e quando fazem, não abatem no terreno. Já a carne suína, 28 famílias fazem a criação e quando não abatem para o consumo, vendem para os vizinhos, mas não compram na cidade. Carneiros e ovelhas são criados somente por duas famílias, que abatem para o consumo familiar e também para a venda na comunidade. Já a criação de galinhas é feita por 50 famílias cuja destinação é para o abate para o consumo familiar e parte para a venda, porém ainda compram, às vezes, galinhas de “granjas” para o consumo, pois “as caipiras deixam para ocasiões especiais e fins de semana”. A carne de peixe só não é comprada por 3 famílias que fazem a criação em pequenos tanques na propriedade, mas ainda assim, vendem uma pequena quantidade para os vizinhos que quando não compram deles, compram na cidade.

A produção agrícola para autoconsumo é relevante, no entanto, para os agricultores é difícil produzir e viver apenas com alimentos produzidos no terreno devido às épocas de escassez de água, muitas famílias não conseguem produzir grande diversidade de alimentos e compram sempre na zona urbana. Mesmo assim, 31 famílias relataram “nunca” comprar verduras porque produzem na propriedade, 22 famílias nunca comprar legumes e frutas e 19 famílias nunca comprar tubérculos. O que produzem, mesmo em pequena quantidade, dá para alimentação da família e, muitas vezes, conseguem vender o excedente e comprar outros produtos.

As famílias que nem sempre conseguem ter acesso a esses alimentos relataram comprar aqueles que faltam com recursos financeiros da venda de atividades agrícolas e agropecuária, 59,6% ser de aposentadoria rural, 24,6% ser de programas sociais como o bolsa família, 10,5% de trabalho na cidade ou outros estabelecimentos e 1,8% de trabalho assalariado não agrícola.

Os agricultores se adaptam e cultivam diferentes culturas a depender dos períodos de chuva, pois “a produção dos mantimentos sempre foi atrelada aos ciclos da natureza, a abundância e a escassez definidas por mais ou menos chuvas. Esses ciclos fazem com que as pautas alimentares sejam sazonais, em parte definidas pelo que se produz ou se colhe na época” (RIBEIRO *et al.*, 2014, p.7.). No período de chuva com maior frequência, os agricultores já não tinham alimentação estocada, apenas sementes para o plantio, se tornando um período difícil, com alimentos restritos. Na escassez da chuva havia mais abundância, pois estocavam a colheita da safra anterior.

Considerações Finais

Os dados apontam que o acesso à terra é essencial para que os agricultores consigam produzir para o consumo próprio da família, garantindo uma alimentação saudável, variada e sustentável. Dentro deste contexto, a reforma agrária se torna relevante para proporcionar acesso à terra aos agricultores. Então, no caso estudado a reforma agrária foi bem-sucedida. Os títulos de propriedade foram entregues para a maioria dos assentados durante o ano de 2023. Sendo assim, os assentados poderão realizar outros tramites que possam facilitar o acesso a projetos para auxiliar na organização e expansão da produção agrícola, criando autonomia sobre seu lote. No entanto, ainda faltam políticas públicas de apoio a produção da agricultura familiar, pois, como apresentado, um dos maiores problemas após a aquisição da terra, é o acesso à água. Nem sempre conseguem projetos com apoio financeiro para suprir a necessidade de todo o assentamento estudado. As famílias que têm lotes localizados próximos ao rio conseguem utilizar de sua água com mais facilidade, pois fazem o encanamento com utilização de recurso próprio, porém as famílias mais distantes não conseguem. Apesar dessa dificuldade enfrentada por algumas famílias, é perceptível que elas conseguem produzir uma quantidade relevante de alimentos com uma diversidade de culturas, mas que, em algumas épocas do ano, a produção tende a reduzir devido a fatores climáticos como a seca ou excesso de chuvas.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **O capital social dos territórios: Repensando o desenvolvimento Rural. In: Seminário sobre reforma agrária e desenvolvimento sustentável.** Economia Aplicada, nº número 2, vol. IV: 379-397, abril/junho 2000.
- BALBINO, Tomás de Faria. **Um olhar para o desenvolvimento rural do vale do Jequitinhonha a partir dos meios de vida das famílias rurais.** Dissertação de Mestrado – PGDPLAT, Universidade Federal de São João Del Rei. São João Del Rei-MG, p.187. 2021.
- BAUER, Martin W. & GASKELL, George (org.) **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som – um manual prático.** 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2008, cap. 3, p. 64-84.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Sociedade e Cultura**, V. 10, N. 1, JAN./JUN. 2007.
- BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 11.326 de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 27 de julho de 2006a.
- BRAUNER, Maria Cláudia Crespo; GRAFF, Laíse. Segurança Alimentar e Produção Agrícola: Reflexões sob a Ótica da Justiça Ambiental. **Veredas do Direito**. v.12, n. 24, p.375-400. Belo Horizonte, Dez. 2015. Disponível em: <http://revista.domhelder.edu.br/index.php/veredas/article/view/280>. Acesso em: 07 nov. 2023.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- GODINHO NETO, Dilson de Quadros. **Acesso, Uso e Gestão da Terra e da Água: Análise comparativa entre a lei e os direitos costumeiros em comunidades rurais do Vale do Jequitinhonha.** Montes Claros, 2020.

IBGE. **IBGE Biblioteca**. 2010. Disponível em:
<<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2100600> >.
Acesso em: 17 nov. 2023.

IBGE. **IBGE Cidades**. 2021. Disponível em:
<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/jequitinhonha/historico>> Acesso em: 17 nov. 2023.

IBGE. **Divisões regionais do Brasil**. 2017. Disponível em:
<https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15778-divisoes-regionais-do-brasil.html?=&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: 03 dez. 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.) **Pesquisa Social - Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. **Estradas da Vida: Terra e Trabalho nas fronteiras agrícolas do Jequitinhonha e Mucuri, Minas Gerais**. Editora UFMG: Belo Horizonte, 2013.

RIBEIRO, E. M; GALIZONI, F.M.; MOREIRA, T.M.B; AYRES, E.B. Da fraqueza à força: produção de autoconsumo e uso de programas públicos por agricultores do Jequitinhonha mineiro. **Agriculturas**, v. 11, n. 2, 2014.

SOUZA FILHO, Hildo Meirelles; BUAINAIN, Antônio Márcio; FONSECA, Rinaldo Barcia. A Reforma Agrária e o Novo Contexto Institucional de Políticas de Combate à Pobreza Rural. **Travessia- Revista do Migrante**, n.39, jan.-abr., 2001.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes Históricas Do Campesinato Brasileiro, XX encontro anual da anpocs. Gt 17. Processos sociais agrários**. Caxambu, MG. 1996.